

A Baixada era a nossa Sierra Maestra!

A presença de militantes da Ala
Vermelha nos bairros da Baixada
Fluminense

The Baixada was our Sierra Maestra!
The presence of Ala Vermelha (Red
Wing) militants in Baixada Fluminense
neighborhoods

ADRIANA MARIA RIBEIRO

Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro (UFRRJ)
adriribeiro.1374@gmail.com

RESUMO: O artigo aborda as experiências de integração nos bairros vividas por militantes da Ala Vermelha na Baixada Fluminense, no final dos anos 1970. Atraída pela ascensão dos movimentos sociais de base na região, em especial pelo movimento de bairro, a partir de 1977, a organização passou a transferir seus quadros para municípios da Baixada com o intuito de inseri-los nesses movimentos. Com as inserções, a Ala objetivava desenvolver um trabalho de conscientização de classe e fortalecer a organização dos trabalhadores locais na luta por direitos. Numa conjuntura de abertura política tutelada pelo Estado, buscava-se, também, criar as condições para a instauração de uma democracia popular no Brasil. No que se refere especificamente às experiências de integração nos bairros da Baixada, elas se materializaram de diferentes maneiras, como no incentivo à criação de associações de moradores, de um grupo de teatro popular e de um jornal alternativo. Para viabilizar o processo de integração, os militantes adotaram modos de vida característicos do universo operário e passaram a frequentar espaços comunitários, como paróquias, a fim de participarem dos debates e das soluções dos problemas locais.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais; ditadura militar; revolução socialista.

ABSTRACT: The article talks about the background of militants in neighborhoods integration accomplished by Ala Vermelha in the Baixada Fluminense in the end of 1970s. Attracted by the ascension of social movement bases in the region, especially the neighborhood movement, in 1977, the organization began to transfer his people to counties of Baixada, aiming to insert them in these movements. With the insertions, the Ala hoped to develop a work of class awareness and to strengthen the organization of workers in the struggle for rights. In a conjuncture of political openness protected by the State, it was also desired to create the conditions for the establishment of a popular democracy in Brazil. With specific reference of experiences integration in the Baixada neighborhoods, they materialized in different ways, such as encouraging the creation of neighborhood associations, a popular theater group and an alternative newspaper. In favor of making the integration process viable, militants needed to adopt characteristic of the working world ways of life and began to attend community spaces, such as parishes, in order to participate in debates and solutions to local problems.

KEYWORDS: social movements; military dictatorship; socialist revolution.

Introdução

“A Baixada era a nossa Sierra Maestra! Quando cheguei à região, pensei: aqui começaremos a revolução!” (Entrevista concedida por Maria Fátima Souza Silva à autora, no dia 18 de outubro de 2012). Assim, exclamou a militante Maria Fátima Souza Silva ao definir suas expectativas e, possivelmente, as de outros membros da Ala Vermelha¹, em torno das atividades políticas, que desenvolveriam na Baixada Fluminense², no final dos anos 1970. Entre as atividades, estava a tentativa de conscientizar e de organizar os moradores e os trabalhadores locais para a luta política, dado que nos ajuda a compreender a alusão que a militante faz ao lugar de origem da Revolução Cubana. O fato de a Baixada ser uma região predominantemente ocupada por trabalhadores levou a Ala a considerá-la área estratégica para seus interesses políticos. Fátima e outros quadros do partido chegaram à região em 1977, incumbidos da tarefa de se inserirem nos bairros, com o objetivo de participarem das associações de moradores e de outras alternativas de luta popular.

A respeito da Ala Vermelha, vale dizer que surgiu em 1967, a partir de um processo de cisão ocorrido no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Organizada como *partido de vanguarda*, fundamentou seus pressupostos teóricos no *maoísmo*³, cujo modelo tático de *guerra popular prolongada*⁴ foi, inicialmente, mesclado ao *foquismo*⁵. Durante os primeiros anos de existência, a organização praticou ações armadas contra a ditadura militar e de propaganda revolucionária. No entanto, não tardou a questionar a ênfase dada a esse tipo de ação, iniciando, em 1969, seu processo de autocrítica. Com a autocrítica, o projeto guerrilheiro foi gradativamente substituído pela tática de inserção dos membros do partido entre os trabalhadores, bem como nos diversos movimentos sociais gestados por eles. Embora, desde seu surgimento, previsse a aplicação da *linha de massas* como tática para impulsionar o processo revolucionário, somente na década de 1970 priorizaria o *trabalho de massas*. A partir da redefinição de suas estratégias de luta, a Ala passou a defender o argumento que somente o trabalho político junto às *massas* abriria possibilidades concretas para o projeto revolucionário socialista.

Inicialmente, o *trabalho de massas* deu-se através da inserção de militantes no “trabalho de fábrica”, nome pelo qual o processo de integração na produção foi denominado. Grosso modo, o “trabalho de fábrica” representou a adaptação feita pela Ala da *linha de massas* à realidade brasileira, cujo objetivo era aproximar os quadros partidários do operariado com o intuito de mobilizá-lo para a luta política. Para tanto, o processo de integração previa,

além do trabalho da conscientização política, o recrutamento dos trabalhadores para a *luta revolucionária*. Integrados na produção, os militantes deveriam unir-se aos trabalhadores para, entre outras questões, incrementar a luta contra o arrocho salarial, a lei antigreve, a intervenção nos sindicatos e o regime policialesco e de repressão, ao qual os operários estavam submetidos. Com essas iniciativas, esperava-se criar as condições para a derrubada da ditadura e a instauração de um *governo popular revolucionário*, sob a hegemonia do operariado (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. Os 16 Pontos. Darf, AV, DDI-I, documento 21, Aperj, novembro de 1969, p. 02).

Para “despertar” nos operários a consciência da exploração econômica e abrir-lhes possibilidades para sublevação de classe, os militantes deveriam começar pelo reconhecimento das necessidades e problemas imediatos vividos pelo operariado, o que na prática significava “assumir inteiramente a maneira de viver dos operários” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. Como iniciar um trabalho de organização dos operários nas fábricas. Darf, AV, DDI-II, documento 33, Aperj, sem data, p. 01). Em síntese, *revolucionários* se esforçavam para se transformarem em *operários*, desejando, com essa atitude, transformar operários em *revolucionários*. No que se refere a esse processo, Álvaro Lins Cavalcante Filho nos contou que, em meados de 1970, realizou o curso de torneiro mecânico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Barra Funda, São Paulo, a fim de cumprir as diretivas de inserção no trabalho fabril. De acordo com Álvaro Lins, o objetivo era se profissionalizar para atuar junto à classe operária (Entrevista concedida por Álvaro Lins Cavalcante Filho à autora, no dia 03 de dezembro de 2012, por *Skype*).

No início dos anos 1970, quem não se integrava à produção era considerado um “*revolucionário amador*” porque mantinha-se distante do povo. Ademais, na visão da direção nacional, o não engajamento no trabalho fabril violava as diretivas do partido. Em contraposição à figura do “*revolucionário amador*”, a Ala evocou a imagem do “*revolucionário autêntico*”: dotado de coragem, abnegação e disposto a qualquer sacrifício pela *causa revolucionária*. A fim de cumprirem as determinações do partido, alguns militantes ingressaram no “trabalho de fábrica”, ainda que não concordassem com a sua imposição. Esse foi o caso de Antônio de Neiva que, ao deixar o Presídio Tiradentes, em São Paulo, em 1973, foi designado para inserir-se em uma metalúrgica, na zona norte do Rio de Janeiro. Apesar de discordar da deliberação, porque pretendia atuar em atividades de cunho intelectual, em função de sua formação como economista, Neiva acatou a decisão por se tratar

de uma deliberação do partido. Também destacou as pressões que havia em torno do processo de integração, uma vez que em sua opinião: “o pessoal da organização tinha muito preconceito com quem resistia ir para o movimento operário” (Entrevista concedida por Antonio de Neiva Moreira Neto à autora, no dia 19 de outubro de 2012).

Ainda sobre o “trabalho de fábrica”, como a maioria dos quadros designados para essa atividade era oriunda de setores da classe média, o principal desafio foi a adaptação ao cotidiano operário, porque esse incluía mudanças radicais de comportamento, como a adoção de um estilo de vida simples, a aprendizagem de costumes e o domínio de um vocabulário próprio dos trabalhadores. A fim de completar o processo de integração na produção e evitar uma “vida dupla”, os militantes também deveriam fixar residência em um bairro operário. Ao mudarem-se para locais de moradia dos trabalhadores, também esperavam estreitar relações com a classe operária.

Considerado, num primeiro momento, um instrumento necessário para completar o “trabalho de fábrica”, o ato de *morar* nos bairros operários e em periferias urbanas originou uma alternativa de desenvolvimento do *trabalho de massas*: o chamado “trabalho de bairro”. Vale destacar que, somente a partir de 1975, numa conjuntura nacional de fortalecimento dos movimentos sociais, o “trabalho de bairro” deixaria de ser uma atividade política secundária ou condicionada ao “trabalho de fábrica”.

A Ala nos bairros: orientações e objetivos

No artigo “O trabalho de bairros — primeiros passos”, supostamente redigido por um militante inserido na atividade fabril e residente em um bairro operário, sugeriu-se uma prática unificada das inserções, a partir da qual as atividades nos bairros funcionariam como ponto de apoio ao “trabalho de fábrica” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, Boletim Interno, número 8, Darf, AV, DDI-II, documento 08, Aperj, setembro de 1971). Por essa razão, a escolha dos locais de inserção deveria priorizar as regiões de concentração industrial em função da presença predominante de trabalhadores nessas áreas. No que se refere especificamente ao “trabalho de bairro”, o documento destacou que “não é no bairro que seus moradores se caracterizam dentro de sua composição social, mas em função de seu papel na produção” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, Boletim Interno, número 8, Darf, AV, DDI-II, documento 08, Aperj, setembro

de 1971, p. 03). Logo, seria o “trabalho de bairro” uma atividade secundária, cuja função era de contribuir para aproximar os militantes dos operários. No texto, argumentou-se, também, que as formas de atuação nos bairros não poderiam ser previamente determinadas, dadas as especificidades locais. Em virtude dessas especificidades, o militante deveria aproveitar as condições existentes e procurar “agir como simples morador”, integrando-se ao povo (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, Boletim Interno, número 8, Darf, AV, DDI-II, documento 08, Aperj, setembro de 1971, p. 04).

Apesar das orientações, na prática, a militância encontrou dificuldades para cumprir as determinações do partido, conforme aponta o “Boletim Interno 9”, no qual foram publicados questionamentos relativos às inserções nos bairros. A principal questão levantada foi: “O que fazer no bairro?” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, Boletim Interno, número 9, Darf, AV, DDI-II, documento 09, Aperj, dezembro de 1971, pp. 05-06). As respostas foram dadas no boletim seguinte, no qual se reconheceu alguns obstáculos ao trabalho nos bairros. Para superar os obstáculos, optou-se por aumentar as responsabilidades individuais de dirigentes e de militantes (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, Boletim Interno, número 10, Darf, AV, DDI-II, documento 10, Aperj, dezembro de 1971, p. 03).

Para organizar as práticas de inserção, um plano de ação também foi proposto. Na divisão das tarefas, as direções regionais deveriam destacar um membro vinculado à produção fabril para assumir a função de “coordenador do trabalho operário”, cujas responsabilidades seriam: identificar as dificuldades presentes no processo de proletarização, recolher sugestões para superar os desafios encontrados nesse processo e apresentar propostas de ajustes da prática política. Os dirigentes também escolheriam um “coordenador para o trabalho de bairros”, com as mesmas atribuições do “coordenador do trabalho operário”, porém direcionado para as atividades de seu campo de atuação. E, por fim, deveriam nomear um “coordenador de trabalho interno”, responsável pela articulação das atividades de inserção nas fábricas e nos bairros. Ademais, argumentou-se que as “deficiências” na orientação das atividades nos bairros se deviam ao fato de serem projetos recentes na trajetória do partido, daí o porquê dos obstáculos da direção para auxiliá-las (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, Boletim Interno, número 10, Darf, AV, DDI-II, documento 10, Aperj, dezembro de 1971, p. 05).

Nos primeiros anos da década de 1970, os militantes sugeriam o local de inserção (bairro ou fábrica) de sua preferência. Foi o que ocorreu com

as militantes Vilma Costa e Fátima Souza, que ingressaram na organização nesse período. Logo após seus ingressos, foram direcionadas para atuar no “trabalho de bairro” e orientadas a priorizar uma comunidade onde houvesse concentração de trabalhadores. Depois de pesquisarem a realidade de alguns bairros na zona oeste do Rio de Janeiro, sugeriram a inserção na Vila Kennedy, proposta que foi aprovada pela direção regional. Segundo Vilma Costa, naquele momento, “ainda não havia uma determinação geográfica para as inserções por parte da direção” (Entrevista concedida por Vilma Costa à autora, no dia 19 de outubro de 2012).

Com relação ao trabalho político nos bairros, Vilma Costa e Fátima de Souza, além de residirem, lecionavam em uma escola local pertencente à rede municipal de ensino, na qual desenvolviam um trabalho de conscientização política com os alunos. Em seu relato, Vilma enfatizou o impacto da experiência de inserção no bairro em sua trajetória de vida: “Durante quinze anos vivi na comunidade, eu, com os moradores. Depois de tanto tempo, eu não estava inserida, eu era parte do bairro” (Entrevista concedida por Vilma Costa à autora, no dia 19 de outubro de 2012).

Fátima Souza, por sua vez, nos descreveu os objetivos das atividades nos bairros: “Quando fui para a Vila Kennedy, a questão foi discutida. Era importante fazer o trabalho de massas como aparecia nos documentos. Naquele momento, era necessário se embrenhar no trabalho político de massas, se misturar com elas. Foi por isso que a gente foi para lá” (Entrevista concedida por Maria Fátima Souza Silva à autora, no dia 18 de outubro de 2012).

Retomando a questão dos critérios de escolha dos locais de inserção, verifica-se em meados da década de 1970, mudanças nesses critérios, quando as escolhas passaram a ser determinadas pela direção nacional. Em função dessas mudanças, os quadros seriam transferidos para áreas específicas, como os distritos industriais do ABCD Paulista, São Paulo, a partir de 1975, e os municípios da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, a partir de 1977. Naquela conjuntura, diferentes organizações clandestinas buscaram modos de inserção nessas regiões em função de serem áreas estratégicas para seus objetivos políticos: o ABCD por abrigar um dos mais importantes complexos industriais do país e a Baixada Fluminense por caracterizar-se como um lugar de moradia de operários e camadas pobres. Nos dois casos, significavam espaços de grande concentração de trabalhadores.

A fim de reforçar as orientações para o desenvolvimento das práticas políticas nos bairros, em 1978, a direção regional do Rio de Janeiro deter-

minou, por meio de um documento, o incentivo à criação de clubes do livro, de jornais, de “caixinhas” e de atividades culturais entre os trabalhadores, com o intuito de mobilizá-los para a ação política (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, Relatório do Ativo, Darf, AV, DDI-IV, documento 28, Aperj, 1978, p. 01). No mesmo documento, foi sugerida a aproximação dos militantes das associações de bairro e das paróquias, objetivando a participação e a cobertura legal das atividades desenvolvidas por eles nos bairros (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, Relatório do Ativo, Darf, AV, DDI-IV, documento 28, Aperj, 1978, p. 02). Tais orientações se deram em função desses espaços funcionarem como polos aglutinadores das discussões dos problemas locais.

No final dos anos 1970, embora o “trabalho de bairro” continuasse integrado ao “trabalho de fábrica”, ele deixou de ser considerado uma atividade secundária. A reavaliação em torno das atividades de integração nos bairros foi mencionada no texto “Concepção e organização sobre o trabalho de Bairro”, de novembro de 1979, no qual a Ala definiu o “trabalho de bairro” como “um trabalho revolucionário, realizado na classe operária no seu local de moradia” e reconheceu que “a exploração da força de trabalho não se dá somente na fábrica, mas nos bairros, nas condições de vida do operário e de sua família” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, Concepção e organização sobre o trabalho de Bairro, Darf, AV, DDI-IV, documento 20, Aperj, novembro de 1979, pp. 01-02).

Com base nos trechos transcritos, é possível verificar duas questões presentes na formulação tática do partido. A primeira refere-se ao reconhecimento de que a exploração capitalista não estaria restrita ao espaço da fábrica, podendo ser vista também no cotidiano doméstico (no bairro), no qual as carências se materializam e são compartilhadas. Assim, *trabalho* (a fábrica) e *lar* (o bairro) seriam espaços de manifestação da consciência sobre a condição de explorado. O *lar* não seria mais a extensão do *trabalho*, mas um espaço onde os conflitos de classe são percebidos pelos trabalhadores, tendo em vista as suas necessidades e as suas demandas imediatas: moradia, transporte, educação, saúde, lazer.

A segunda questão fundamenta-se na concepção de que o “trabalho de fábrica” e o “trabalho de bairro” são igualmente importantes para educar e organizar politicamente as *massas*. Ao considerar o bairro como o *lugar* onde as carências se materializam, nele também seria possível encontrar condições favoráveis para despertar os trabalhadores para a luta econômica e política.

No tocante às diretivas atinentes às táticas de inserção nos bairros, é interessante notar que, ao serem colocadas em prática, elas foram reinterpretadas diversas vezes, principalmente em função da necessidade de adaptação dos militantes nos processos de integração.

Também é importante lembrar que as mudanças mais significativas no discurso com relação às inserções nos bairros ocorreram durante a luta democrática no país, quando estavam em desenvolvimento diversos movimentos sociais. Possivelmente, a dinâmica impressa pela natureza dos movimentos populares influenciou o redimensionamento das formas de atuação política da Ala.

No que tange à conjuntura nacional a partir de 1975, surgiram mudanças nos prognósticos alusivos ao destino da ditadura e às novas perspectivas de oposição (ALMEIDA; WEIS, 2004, p. 333). Apesar da persistência dos sentimentos de insegurança e de incerteza em relação ao futuro do país — sobretudo até o final de 1979, quando o AI-5 foi revogado e a anistia política negociada —, diversos setores da sociedade civil diversificaram as formas de luta em prol do restabelecimento da democracia, forçando a abertura de canais públicos de atividade política.

Paralelamente às manifestações contra a repressão política e as violações aos direitos humanos encampadas pelo setor progressista da Igreja Católica, pelo movimento estudantil e por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), emergiram mobilizações de trabalhadores organizadas a partir de um movimento operário renovado em suas práticas e estruturas representativas e um novo tipo de organização social nascida nos bairros, voltada para a reivindicação das questões de moradia, transporte, saneamento básico, saúde e educação, sobretudo nas periferias urbanas. Essas diferentes iniciativas exerceram pressão decisiva no *processo de transição*, forçando o debate político e trazendo à tona lutas sociais silenciadas pela ditadura.

Nessa conjuntura, os movimentos populares e de trabalhadores passaram a ser reconhecidos pela Ala como iniciativas espontâneas daqueles grupos sociais. Contudo, a mudança de perspectiva em relação aos movimentos deve ser compreendida como uma reorientação tática, não como abdicação do projeto revolucionário socialista.

Sobre essa reorientação, Alípio Freire, militante da Ala paulista, destacou que, após a derrota da chamada “luta armada”, os grupos revolucionários passaram por um processo de “readequação de suas linhas de atuação”, a partir do qual estabeleceram novas formas de ação política porque viam

aquela conjuntura como favorável ao *trabalho de massas*. Com a readequação de suas linhas de atuação, as organizações voltaram-se para o “trabalho de organização do povo” (FREIRE, 2006), sobretudo da classe operária, em seus locais de trabalho e de moradia. No entanto, embora as experiências do trabalho em meio ao povo se dessem através de frentes legais de luta, a exemplo do engajamento da Ala nos movimentos sociais de base, não podemos esquecer que sua articulação ainda passava pela política clandestina das organizações.

No que se refere diretamente ao engajamento da Ala nos movimentos sociais, Felipe Lindoso afirmou que a intenção era criar possibilidades concretas para a construção de uma *democracia popular*⁶. Ademais, ressaltou que, com a participação nesses movimentos, a Ala não objetivava “aparelhá-los”⁷, embora intentasse exercer influência sobre eles (Entrevista concedida por Felipe José Lindoso à autora, no dia 24 de julho de 2011).

A presença de militantes da Ala nos bairros da Baixada Fluminense

De modo semelhante ao ocorrido em outras cidades e regiões do país, em meados dos anos 1970, surgiu na Baixada Fluminense um conjunto de lutas populares e de trabalhadores, a exemplo da fundação das associações de moradores. No município de Nova Iguaçu, o processo de fundação e de fortalecimento desse tipo de entidade foi incentivado principalmente pelo Movimento Amigos de Bairro (MAB), nascido em 1974, com o objetivo de unificar a luta por melhores condições de vida e de acesso aos serviços públicos nos bairros. O MAB inspirou iniciativas parecidas na região, como o Movimento União dos Bairros (MUB), em Duque de Caxias, e os Amigos dos Bairros de Meriti (ABM), em São João de Meriti.

Atraída pela possibilidade de participar desses movimentos, a organização transferiu militantes para a região. O contingente populacional formado, predominantemente, por trabalhadores e a existência de polos fabris também aparecem entre os fatores que justificam a prioridade da Ala em formar uma frente de trabalho político na Baixada Fluminense. Além das transferências determinadas pela direção, vale destacar a chegada à região do dirigente nacional Elio Cabral de Souza que, ao deixar a prisão em 1976, mudou-se no ano seguinte para Duque de Caxias, onde fixou residência no bairro pobre de Vila São Luís.

Fátima Souza foi uma das primeiras a ser deslocada para um município da Baixada. Desde 1972, ela desenvolvia com Vilma Costa e Maria de Lourdes Vieira o “trabalho de bairro” na Vila Kennedy. Segundo nos contou, ela não queria deixar o trabalho político naquela localidade, mas o fez porque o partido determinou. Em 1977, após casar-se com o companheiro de organização, Antonio Maurício de Moura, inserido no “trabalho de fábrica”, na zona norte do Rio de Janeiro, ela e o marido mudaram-se para o bairro Paiol de Pólvora, em Nilópolis (Entrevista concedida por Maria Fátima Souza Silva à autora, no dia 18 de outubro de 2012). Além de Elio, Fátima e Antonio Maurício, se deslocaram para a região João Pedro de Souza Neto, Maria de Lourdes Vieira, os irmãos Washington, Warley e Walter Costa, entre outros⁸.

De acordo com Elio Cabral, a escolha dos municípios da Baixada pelo partido deu-se em função da ascensão dos movimentos de bairro na região. Em entrevista, o dirigente reforçou que o movimento de bairro era visto como o movimento local “mais forte”, ou seja, mais organizado, e que a transferência de quadros objetivava fortalecer a inserção da Ala nesses movimentos (Entrevista concedida por Elio Cabral de Souza à autora, no dia 28 de dezembro de 2012).

As experiências vivenciadas pelos militantes no “trabalho de bairro”, na Baixada Fluminense, assumiram diferentes características que variaram de acordo com a realidade local. Na prática, o processo de integração nos bairros envolveu iniciativas como o incentivo e a participação em associações de moradores e grupos de teatro popular, a alfabetização de adultos e a criação de um jornal alternativo. Elio Cabral e Lourdes Vieira, inseridos na Vila São Luís, por exemplo, criaram no bairro um espaço comunitário onde alfabetizavam os moradores com base nos métodos do educador Paulo Freire (Entrevista concedida por Elio Cabral de Souza à autora, no dia 28 de dezembro de 2012).

Conforme sinalizamos, o partido orientou a participação dos militantes em paróquias e associações de moradores. No caso específico da Baixada, a presença de militantes nas paróquias facilitou a aproximação das associações e, em alguns casos, a participação nos processos de fundação de entidades desse tipo. Nota-se, portanto, que os usos políticos das paróquias foram decisivos para a materialização das táticas do partido. Sobre esse aspecto, as entrevistas dos militantes revelam que a aproximação da Igreja Católica foi a estratégia mais utilizada por eles para viabilizar as inserções. Walter Costa reforçou essa perspectiva ao afirmar que a aproximação das paróquias estava diretamente ligada à necessidade de ampliação dos espaços

de inserção política na Baixada Fluminense (Entrevista concedida por Walter Costa à autora, no dia 23 de setembro de 2012).

Em 1977, um ano após ligar-se ao partido, Walter foi deslocado para São João de Meriti, para atuar no “trabalho de bairro” e incentivar a criação de um grupo de teatro popular. Inserido no bairro Vila Rosali, ajudou a montar o grupo cultural “Caminhando contra o Vento”, que encenava peças sobre questões sociais e problemas locais, além de textos de diversos autores, entre eles Bertold Brecht. Segundo Walter, foi através da Igreja Católica em São João de Meriti que o grupo conseguiu espaço para encenar as peças. A aproximação da Igreja foi importante também pela oportunidade de estar perto da comunidade, uma vez que ela congregava grupos em torno da luta dos moradores e dava suporte para a formação das associações nos bairros (Entrevista concedida por Walter Costa à autora, no dia 23 de setembro de 2012).

De modo semelhante a seu irmão Walter, Warley da Costa, inserida no “trabalho de bairro” na Vila Nova, em Nova Iguaçu, destacou que nos processos de criação das associações “sempre havia a participação de pessoas envolvidas com a Igreja” (Entrevista concedida por Warley da Costa à autora, no dia 12 de outubro de 2012). A aproximação da Igreja Católica possibilitou a Warley integrar o “Clube de Mães” do bairro, voltado para ações de combate à desnutrição infantil e de cuidados da saúde da mulher. Ao lado do militante João Pedro de Souza Neto, com quem casou-se, em 1979, Warley ainda recorreu a outras formas de mobilização dos moradores, como a criação de cooperativas e de feiras de produtos agrícolas e o incentivo a atividades culturais. Com essas iniciativas, o casal esperava mobilizar politicamente a comunidade e contribuir para superar as carências locais.

Antes de se casar e de se mudar com Warley para Nova Iguaçu, João Pedro incentivou a criação de associações de moradores nos bairros Éden, Vila Norma e São Mateus, em São João de Meriti, e participou do movimento ABM, entidade da qual Walter Costa também se aproximou. Ao lado de Warley e de outros militantes, João Pedro atuou no MAB, ajudando a organizar manifestações que exigiam melhorias nos bairros (Entrevista concedida por João Pedro de Souza Neto à autora, no dia 15 de julho de 2011).

Outra experiência representativa no movimento de bairro, na Baixada, foi vivenciada por Fátima Souza. Inicialmente inserida no bairro Paiol de Pólvora, em Nilópolis, Fátima e seu companheiro Antonio Maurício foram orientados a mudarem-se para o bairro Santo Elias, no distrito iguaçuano de Mesquita, onde ela participaria do processo de fundação de associações de

moradores. Escolhida pela direção regional para atuar na linha de frente do “trabalho de bairro” na Baixada, a militante logo aproximou-se do MAB, entidade na qual tornou-se dirigente (Entrevista concedida por Maria Fátima Souza Silva à autora, no dia 18 de outubro de 2012).

A aproximação das paróquias e das associações também foi essencial para o recrutamento de quadros para a organização, conforme o caso do ferroviário Werneck José dos Santos, morador no bairro Santo Elias, recrutado por Fátima Souza, em 1978, durante os encontros da Pastoral Operária realizados na paróquia do mesmo bairro. Ao ingressar na Ala, o operário inseriu-se no “trabalho de bairro” e ajudou a fortalecer as lutas encampadas pelo MAB, além de buscar atuação no sindicato de sua categoria (Entrevista concedida por Werneck José dos Santos à autora, no dia 31 de agosto de 2012).

Outro recrutado foi o estudante Ewerson Claudio de Azevedo, que tomou contato com a organização durante um auto de natal encenado na Associação de Moradores de Santo Elias. Na ocasião, Ewerson teria sido convidado por Fátima Souza e por outros militantes para participar do auto. Ao conhecer essas pessoas, o estudante, que já se predispunha a um trabalho político de base popular, no início de 1980, aproximou-se do partido. Em sua opinião, naquele momento, militar na Ala significava a possibilidade de desenvolver um trabalho operário e popular indispensável à revolução socialista (Entrevista concedida por Ewerson Claudio de Azevedo à autora para o Centro de Documentação e Memória do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu-RJ, no dia de 22 de maio de 2015).

Ao lado de antigos militantes, os recém-ingressos na organização participaram da criação de um periódico alternativo, voltado para as demandas específicas dos trabalhadores e dos moradores da Baixada Fluminense. O *Jornal da Baixada* (JOB), como foi chamado, circulou em paróquias, associações e sindicatos dos municípios da região, entre maio de 1979 e fevereiro de 1980, e intentou funcionar como porta-voz dos movimentos populares locais.

O jornal, que era redigido em linguagem coloquial e humorística, chamou à atenção dos agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI), que produziram um vasto relatório alertando as autoridades locais sobre a “infiltração subversiva nas associações de bairros”, em Nova Iguaçu, identificando a produção do JOB como ligada a organizações de esquerda “infiltradas” nos movimentos sociais na região (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Informação número 139/16, Agência do Rio de Janeiro, D/Space/SNI, Arquivo Nacional, 15 de agosto de 1979).

A partir de 1979, mesmo ano da criação do JOB, os militantes da Ala engajaram-se no movimento nacional em prol da criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante os primeiros anos da década de 1980, quando já se encontravam filiados ao PT, os membros da organização mantiveram o “trabalho de bairro” na Baixada, atuando nas associações e federações de moradores.

Como comportar-se nos bairros ou o comportamento militante

Um último aspecto a ser destacado refere-se aos comportamentos assumidos pelos militantes nos bairros. A esse respeito, notamos nas entrevistas e na documentação escrita do partido que, a fim de criarem as condições necessárias para desenvolverem o trabalho político nos bairros, os militantes estiveram atentos à cultura, à linguagem e à vestimenta dos trabalhadores-moradores com o objetivo de se aproximarem deles e de se integrarem plenamente na comunidade na qual estavam inseridos. Na perspectiva da organização, essas atitudes eram importantes não apenas para facilitar a aproximação dos trabalhadores, mas para eliminar a possibilidade de suspeitas sobre as atividades políticas.

Condutas consideradas desregradas, como o consumo excessivo de álcool e a realização de festas noturnas, eram reprovadas. Sobre as orientações em torno do comportamento nos bairros, Walter Costa rememorou que foi orientado a não fazer festas à noite ou levar mulheres para sua casa (Entrevista concedida por Walter Costa à autora, no dia 23 de setembro de 2012).

Entre os comportamentos tidos como desejáveis estavam a monogamia e o casamento formal. Fátima Souza, por exemplo, contou que, em meados dos anos 1970, quando ainda lecionava e morava com Vilma Costa na Vila Kennedy, começou a namorar Antônio Maurício de Moura. Não tardou, casou-se com o companheiro de organização: “Casamos na Igreja e no civil, tudo certinho! Eu tive três filhos! Criávamos nossos filhos dentro dos hábitos da comunidade” (Entrevista concedida por Maria Fátima Souza Silva à autora, no dia 18 de outubro de 2012).

Nas falas de Walter e de Fátima é possível perceber como a adoção de um “comportamento adequado” na vida privada era uma questão política. Sobre os casamentos, cabe dizer que, embora a organização não os impusesse, as entrevistas sugerem que o ato de casar (tanto no civil, quanto no reli-

gioso), eram formas de reforçar determinados comportamentos e convenções sociais tidas como necessárias à imagem dos militantes como “pessoas comuns” nos espaços onde estavam inseridos.

Considerações finais

Como vimos, no decorrer da década de 1970, a Ala priorizou táticas de luta centradas na aproximação dos trabalhadores, ao direcionar seus quadros para os chamados “trabalho de fábrica” e “trabalho de bairro”. Essa aproximação implicou, para os militantes, a adoção de hábitos e um modo de vida simples porque buscavam se adaptar ao universo operário. Assim, ao se deslocarem para fábricas e bairros e ao assumirem características e valores ligados à cultura operária, os militantes acreditavam estarem entregando-se “de corpo e alma” à revolução.

Diferente das ações armadas, as práticas de integração na produção e nos bairros não causavam o efeito atemorizante das expropriações de bancos, dos justicamentos de empresários ligados à ditadura ou dos sequestros de diplomatas, mas nem por essa razão eram menos perigosas ao sistema, conforme já observou o historiador Luigi Negro (NEGRO, 2009, p. 87). Portanto, a presença de militantes em fábricas, sindicatos, bairros e associações de moradores tornou-se fator de preocupação para os donos das empresas e para os órgãos de repressão. Para a Ala, por sua vez, a inserção nos locais de trabalho e de moradia da classe operária, bem como em seus movimentos, tratava-se de um trabalho político minucioso e paciente que, a médio prazo, organizaria os trabalhadores para a revolução.

Notas

- 1 Ala Vermelha ou Ala são os nomes pelos quais o Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV) ficou conhecido.
- 2 Região metropolitana do Rio de Janeiro que engloba as cidades de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. Cabe destacar que, no decorrer da década de 1970, se constituíram como municípios apenas Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti. As demais cidades integravam distritos de Nova Iguaçu.
- 3 “Maoísmo”: teoria revolucionária ligada às ideias do líder da Revolução Chinesa, Mao Tse-Tung. Segundo o maoísmo, a guerrilha rural deveria ser a tática aplicada nos processos revolucionários ocorridos, em países do Terceiro Mundo, sob a forma de guerra popular prolongada, liderada pelo partido comunista.
- 4 “Guerra popular prolongada”: estratégia político-militar criada pelo líder da Revolução Chinesa, Mao Tse-Tung, que se baseia no apoio da população para atrair as forças inimigas para regiões interioranas, onde seriam combatidas através da combinação de guerra de movimento e de guerra de guerrilha. De acordo com esse modelo, o partido deve liderar o processo revolucionário.
- 5 O “foquismo” baseia-se nas ideias de Ernesto Guevara e Régis Debray, que defendem a perspectiva da formação de focos guerrilheiros formados a partir do campo. Diferente do modelo de “guerra popular”, os guerrilheiros deveriam assumir a vanguarda no processo revolucionário, não o partido.
- 6 O termo “democracia popular” indica, nesse caso, uma fase de transição do capitalismo para o socialismo.
- 7 “Aparelhamento” é a expressão usada para se referir à prática de alguns grupos, geralmente de esquerda, de transformarem uma entidade ou movimento social em instrumento para alcançar seus objetivos.
- 8 Com base nas entrevistas, identificamos 49 militantes da Ala no Rio de Janeiro, dos quais 37 foram transferidos para municípios da Baixada Fluminense, na década de 1970.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília K. M. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 319-410.
- ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu**. 2009. (Tese), Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DELGADO, Lucília Neves. **História Oral** — memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FORTES, Alexandre; SALES, Jean (Orgs.). **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar**: Movimentos Sociais, Repressão e Poder Local. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- FREIRE, Alípio. Organizações e movimentos populares e de trabalhadores na segunda metade dos anos 70 ou de um tempo quando não havia guias geniais dos povos. 19 de abril de 2006. Disponível em: www.fpabramo.org.br. Acesso em: 07 de setembro de 2016.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- NEGRO, Antonio Luigi. Servir ao povo de todo coração: mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson, TELES; Janaina de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a Ditadura** — memória e justiça no Brasil. v. I. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 84-109.
- RIBEIRO, Adriana Maria. **Todo comunista tem de ir aonde o povo está**. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. 2013. (Dissertação), Mestrado em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ.
- ____ e SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada aos movimentos sociais: a

trajetória do Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha. In: SALES, Jean Rodrigues (Org.). **Guerrilha e Revolução**. A luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Percival Tavares da. **Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB)** 1974/1992. 1994. (Dissertação) Mestrado em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

VINCENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (Orgs.). **História da Vida Privada**: da Primeira Guerra aos nossos dias. v. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 398-427.

Fontes primárias

AZEVEDO, Ewerson Claudio. Entrevista concedida à autora, em 22 de maio de 2015.

CAVALCANTE FILHO, Álvaro Lins. Entrevista concedida à autora, em 03 de dezembro de 2012.

COSTA, Vilma. Entrevista concedida à autora, em 19 de outubro de 2012.

COSTA, Warley da. Entrevista concedida à autora, em 12 de outubro de 2012.

COSTA, Walter. Entrevista concedida à autora, em 23 de setembro de 2012.

LINDOSO, Felipe José. Entrevista concedida à autora, em 24 de julho de 2011.

MOREIRA NETO, Antonio de Neiva. Entrevista concedida à autora, em 19 de outubro de 2012.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Os 16 Pontos**. Darf, AV, DDI-I,

documento 21, Aperj, novembro de 1969.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Concepção e organização sobre o trabalho de Bairro**. Darf, AV, DDI-IV, documento 20, Aperj, novembro de 1979.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Relatório do Ativo**. Darf, AV, DDI-IV, documento 28, Aperj, 1978.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. **Como iniciar um trabalho de organização dos operários nas fábricas**. Darf, AV, DDI-II, documento 33, Aperj, sem data.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Boletim Interno**, número 8. Darf, AV, DDI-II, documento 08, Aperj, setembro de 1971.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Boletim Interno**, número 9. Darf, AV, DDI-II, documento 09, Aperj, dezembro de 1971.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, **Boletim Interno**, número 10. Darf, AV, DDI-II, documento 10, Aperj, dezembro de 1971.

SANTOS, Werneck José dos. Entrevista concedida à autora, em 31 de agosto de 2012.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Informação número 139/16. Agência do Rio de Janeiro. D/Space/SNI, Arquivo Nacional, 15 de agosto de 1979.

SILVA, Maria Fátima Souza. Entrevista concedida à autora, em 18 de outubro de 2012.

SOUZA, Elio Cabral. Entrevista concedida à autora, em 28 de dezembro de 2012.

SOUZA NETO, João Pedro de. Entrevista concedida à autora, em 15 de julho de 2011.

Recebido em 28/07/2017
Aprovado em 20/09/2017